

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 19/07/2018

Aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e vinte minutos, na Sala de Reunião da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES – TO) que deu-se início a 5ª Quinta Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins (CIB-TO) do ano de 2018, com a presença dos membros: **Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (SES-TO):** Renato Jayme da Silva/ Secretário de Estado da Saúde do Tocantins e Presidente da Comissão Intergestores Bipartite do Tocantins; Gilian Cristina Barbosa/ Diretora de Atenção Primária; Iatagan de Araújo Barbosa/ Diretor de Atenção Especializada; Luiza Regina Dias Noletto/ Superintendente de Planejamento do SUS; Vera Lúcia Carvalho/ Analista Técnica Administrativa da Superintendência de Unidades Próprias. **Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO):** Clésio Alves da Silva/ Secretário Municipal de Saúde de Brasilândia do Tocantins e Diretor Adjunto da Diretoria de Comunicação do COSEMS-TO; Rodolfo Pereira Martins/ Secretário Municipal de Saúde de Ponte Alta do Bom Jesus – TO e Conselheiro Fiscal do COSEMS- TO; Sinvaldo dos Santos Moraes/ Secretário Municipal de Saúde de Cristalândia – TO e Diretor Financeiro do COSEMS- TO Whislly Maciel Bastos/ Secretário Municipal de Saúde de Palmas - TO. **PONTOS DE PAUTA PARA PACTUAÇÃO E APROVAÇÃO.** **Item 1- Pactuação e aprovação da Pauta.** Item Aprovado Pela Plenária. **Item 2- Pactuação e aprovação da Ata da Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 18 de maio de 2018:** Expositora: Letícia de Oliveira da Silva/Técnica da Secretaria Geral da CIB. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 3- Pactuação e aprovação da Ata da Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite do dia 07 de junho de 2018:** Expositora: Letícia de Oliveira da Silva/Técnica da Secretaria Geral da CIB. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 4- Pactuação e Aprovação do Remanejamento de Serviços e Tetos Físico e Financeiro para municípios na Programação Pactuada e Integrada da Assistência (PPI) /2018 do Estado do Tocantins:** Solicitante: Ludmila Nunes M. Barbosa/ Diretora de Controle, Avaliação e Auditoria/ Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SES - TO; Expositor (a): Vera Lúcia Soares Pinheiro Coelho/ Técnica da Gerência de Avaliação e Sistemas – Programação Pactuada e Integrada da Assistência – PPI/ Diretoria de Controle, Avaliação e Auditoria/ Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SES – TO. A Sr.ª Vera Lúcia Soares Pinheiro Coelho informou que 04

35 (quatro) municípios solicitaram remanejamentos de tetos da PPI conforme se segue: O
36 município de Carrasco Bonito solicitou e obteve a aprovação para o remanejamento das
37 consultas de psiquiatria, o mesmo está retirando o referido procedimento da Gestão
38 Municipal do município de Araguatins – TO e remanejando para a Gestão Municipal do
39 município de Buriti do Tocantins – TO, no valor financeiro de R\$ 850,00 (oitocentos e
40 cinquenta reais); O município de Luzinópolis do Tocantins – TO solicitou e obteve a
41 aprovação para o remanejamento de alguns procedimentos, o mesmo está retirando
42 parte dos referidos procedimentos da Gestão Municipal do município de Tocantinópolis
43 – TO e remanejando-os para a Gestão Municipal do município de Sítio Novo – TO, no
44 valor de R\$ 1.792,85 (mil, setecentos e noventa e dois reais, e oitenta e cinco centavos);
45 O município de Luzinópolis também solicitou e obteve a aprovação do remanejamento
46 de outros procedimentos retirando os mesmos da Gestão Municipal do Município de
47 Tocantinópolis – TO e remanejando -os para a Gestão Estadual no município de
48 Augustinópolis – TO, no valor de R\$ 1.256,58 (mil, duzentos e cinquenta e seis reais, e
49 cinquenta e oito centavos); o município de Peixe – TO solicitou e obteve a aprovação
50 para o remanejamento de alguns procedimentos cirúrgicos retirando os mesmos da
51 Gestão Estadual nos município de Gurupi e Palmas – TO no valor de R\$ 91.851,96
52 (noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais, e noventa e seis centavos). e
53 encaminhando os mesmos para a Gestão Municipal do município de Peixe – TO em um
54 valor total de R\$ 91.708,34 (noventa e um mil, setecentos e oito reais, e trinta e quatro
55 centavos); O município de Barrolândia – TO solicitou e obteve a aprovação do
56 remanejamento de alguns procedimentos que estão sendo retirados da Gestão Municipal
57 de Paraíso do Tocantins, e encaminhados para a Gestão Municipal do município de
58 Palmas – TO, no valor total de R\$ 15.372,20 (quinze mil, trezentos e cinquenta e dois
59 reais, e vinte centavos). Item Aprovado Pela Plenária. **Item 5- Pactuação e Aprovação**
60 **da Proposta de Conformação das Macrorregiões de Saúde no Estado do Tocantins,**
61 **conforme apresentado na Câmara Técnica de Gestão do SUS em 18 de julho de**
62 **2018: 02 (duas) Macrorregiões de Saúde, cujos critérios de recorte utilizados**
63 **foram a Cardiologia; a Oncologia e Materno Infantil – Macrorregião Norte e**
64 **Macrorregião Centro Sul:** Solicitante: Luiza Regina Dias Noletto/ Superintendente de
65 Planejamento do SUS; Expositor (a): Marleide Aurélio Silva/ Técnica da Gerência de
66 Desenvolvimento e Políticas de Saúde/ Diretoria de Instrumentos de Planejamento para
67 Gestão do SUS/ Superintendência de Planejamento do SUS – SES – TO. A Sr.^a
68 Marleide Aurélio da Silva informou que, baseado na RESOLUÇÃO - CIT Nº 37, de 22

69 de março de 2018, que Dispõe sobre o processo de Planejamento Regional Integrado e a
70 organização de macrorregiões de saúde, e também na RESOLUÇÃO – CIT N° 23, de 17
71 de agosto de 2017, que Estabelece diretrizes para os processos de Regionalização,
72 Planejamento Regional Integrado elaborado de forma ascendente, e Governança das
73 Redes de Atenção à Saúde no âmbito do SUS, o Ministério da Saúde (MS) em conjunto
74 com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) utilizou instrumentos
75 desenvolvidos por essa parceria para fazer o mapeamento de território utilizando alguns
76 critérios. A expositora pontuou que essa metodologia foi aplicada pelo Laboratório de
77 Divulgação Científica e Ensino de Ciências/ Núcleo de Educação em Saúde Coletiva/
78 Universidade Federal de Minas Gerais (LABDEC/ NESCON/ UFMG) em conjunto com o
79 Departamento de Monitoramento do Ministério da Saúde e também com o Departamento de
80 Articulação Interfederativa, e faz uma análise que apresenta o fluxo atual dos atendimentos
81 tanto ambulatoriais quanto hospitalares. A mesma esclareceu que um dos critérios utilizados na
82 referida metodologia é contemplado na RESOLUÇÃO – CIT N°. 37/2018, o mesmo diz que o
83 serviço de Alta Complexidade que deve ser considerado como ponto de corte são os serviços
84 que exigem uma escala econômica elevada, e por isso, para esse estudo, o Ministério da Saúde
85 utilizou como pontos de corte a Cardiologia e a Oncologia para aplicar essa metodologia. Ainda
86 para aplicação da referida metodologia, também foram utilizados como critérios nesse estudo,
87 serviços que regem o quantitativo de população para determinados serviços conforme as
88 portarias e normativas. A Sr.^a Marleide justificou que esses critérios foram adotados para fazer a
89 escala de serviços de forma otimizada, e também para que o recurso pudesse efetivamente ser
90 bem aproveitado. A mesma ressaltou ainda que um outro critério que foi adotado na
91 Conformação dessas Macrorregiões foi o critério de que a região/ macrorregião deve ser
92 resolutiva tendo um número populacional entre 500.000 (quinhentos mil) e 600.000 (seiscentos
93 mil) habitantes no mínimo em virtude da visão mais abrangente e das questões relacionadas a
94 escala e a economia. Dessa forma ficou determinado que uma Macrorregião de Saúde só
95 poderia ser efetivamente definida caso tenha um número populacional acima de 500.000
96 (quinhentos mil) habitantes, pois esse parâmetro será utilizado para a maioria da implantação
97 dos serviços de alta complexidade. A expositora pontuou que outro parâmetro que foi
98 considerado diz respeito às distâncias e que o mesmo foi adotado principalmente por causa da
99 Região Norte do Brasil. Em relação ao critério referente às distâncias, ficou estabelecido o
100 parâmetro de 400 km (quatrocentos quilômetros) de distância entre a casa do usuário e o polo de
101 referência, apenas para a Região Amazônica é que foi adotado o parâmetro de distância de 700
102 km (setecentos quilômetros) de distância entre a casa do usuário e o polo de referência. Também
103 foi estabelecido como critério para a Conformação dessas Macrorregiões de Saúde que será polo
104 de referência para atendimento dos serviços citados as Regiões de Saúde que, conforme as

105 Comissões Intergestores Regionais (CIRs), apresentarem maior taxa de dependência para cada
106 procedimento selecionado. A Sr.^a Marleide esclareceu que, segundo a metodologia citada, foram
107 utilizados filtros e traçadores para que se pudesse chegar aos resultados aqui onde os filtros
108 adotados foram a distância a ser percorrida, que para a Região Norte do Brasil foi determinado o
109 parâmetro de 400 km (quatrocentos quilômetros) de distância máxima entre a casa do usuário,
110 do município de residência do usuário e o polo de referência, o quantitativo de procedimentos
111 realizados por cada polo de referência, e também o quantitativo de procedimentos
112 encaminhados a cada polo de referência, e justificou que esses critérios foram adotados para
113 possibilitar a questão da resolutividade das Macrorregiões. A expositora relatou que como
114 traçadores para redefinição das regiões resolutivas foram utilizados para oncologia os
115 procedimentos de quimioterapia exclusivamente ambulatoriais, radioterapia, e medicina nuclear
116 que é a iodoterapia para câncer de tireoide, e para cardiologia foram utilizados os procedimentos
117 de cirurgias cardiovasculares e cirurgias cardíacas intervencionistas endovascular. Utilizando os
118 critérios da ferramenta desenvolvida pela UFMG, na síntese do estudo desenvolvido, chegou-se
119 a conclusão de que para se obter as macrorregiões resolutivas no Brasil atendendo aos critérios
120 de alta complexidade aqui citados como o critério da distância e o da resolutividade da região e
121 dos serviços, o ideal seriam 90 (noventa) Macrorregiões de Saúde para em todo o Brasil sendo
122 02 (duas) para o Estado do Tocantins. Considerando a simulação feita pelo Ministério da Saúde
123 em conjunto com a UFMG, utilizando como pontos de corte para essa proposta a cardiologia e a
124 oncologia, as áreas técnicas da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins juntamente com os
125 componentes da Câmara Técnica de Gestão do SUS na CIB chegaram a conclusão de que essa
126 sugestão do MS de acatar como pontos de corte a cardiologia e a oncologia para a Proposta de
127 Conformação das Macrorregiões de Saúde do Tocantins deve ser aplicada. A Sr.^a Marleide
128 ressaltou ainda que também para a Conformação de uma Macrorregião de Saúde relacionada a
129 Alta Complexidade também foram considerados o critério que exige escala econômica para que
130 cada macrorregião seja resolutiva, o critério populacional que determina que para a região norte
131 do Brasil para a Conformação de uma Macrorregião a região deve ter um número populacional
132 mínimo entre 500.000 (quinhentos mil) e 600.000 (seiscentos mil) habitantes, a análise que foi
133 feita, e também foi considerado o desenho das Macrorregiões de Saúde do Estado do Tocantins
134 que, embora existente, ainda não é oficial. A expositora relatou que em relação ao desenho das
135 Macrorregiões de Saúde do Estado do Tocantins que acaba de ser citado, o mesmo já é
136 trabalhado nas Normas Operacionais de Assistência à Saúde (NOAS), mas que, posteriormente,
137 para o pacto, o mesmo foi atualizado embora ainda não tenha sido oficializado em decreto, e
138 esclareceu que a partir desse momento, dessa aprovação e pactuação na CIB, esse novo Desenho
139 Macrorregional do Estado do Tocantins será efetivamente oficializado, e que, considerando
140 ainda que esse desenho já vem sendo efetivamente trabalhado pelo Estado do Tocantins na
141 organização dos serviços, a Câmara Técnica de Gestão do SUS da CIB e as Áreas Técnicas da

142 Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins concordaram em colocar como pontos de corte para
143 a Conformação das Macrorregiões de Saúde do Tocantins a oncologia, a cardiologia,¹ e o
144 materno-infantil. A Sr.^a Marleide explicou que na oncologia serão utilizados os procedimentos
145 de quimioterapia e radioterapia tanto ambulatorial quanto hospitalar, e também as cirurgias
146 oncológicas; na cardiologia serão utilizados somente as cirurgias cardíacas; e nas especialidades
147 materno-infantil serão utilizados os procedimentos que vão dos partos de alto risco aos
148 procedimentos neonatais tipo II e também os leitos de Unidade de Cuidados Intermediários
149 Neonatais Convencionais (UCINCO) e os leitos de Unidade de Cuidados Intermediários
150 Neonatais Canguru (UCINCA). A expositora relatou que os técnicos da Secretaria de Estado da
151 Saúde do Tocantins juntamente com os membros da Câmara Técnica de Gestão do SUS fizeram
152 uma análise para poder justificar a inclusão na Proposta de Conformação das Macrorregiões de
153 Saúde do Tocantins do ponto de corte relacionado as áreas das especialidades materno-infantil
154 junto com a oncologia e a cardiologia, e que nessa análise tomou-se a decisão de incluir mais
155 esse ponto de corte devido ao fato de ter sido verificado que o Estado do Tocantins possui 02
156 (duas) maternidades que são referência de alto risco, que são o Hospital e Maternidade Dom
157 Orione no município de Araguaína – TO e o Hospital e Maternidade Dona Regina no município
158 de Palmas – TO, onde ambas são resolutivas, funcionam em totalidade nos serviços de alta
159 complexidade, e são referências para atendimento de gestação de alto risco dispondo de leitos
160 ambulatoriais de alto risco conforme o preconizado na Portaria MS/GM Nº. 1.967/2013, de 08
161 de agosto de 2013. Além disso, a expositora pontuou que ambos os serviços são
162 contextualizados através das análises de metas tornando possível a identificação do quantitativo
163 de atendimento o que possibilita uma avaliação da resolutividade desses serviços, contam
164 também como referências integrais e humanizadas aos recém-nascidos graves ou
165 potencialmente graves, possuem UCINCO e UCINCA conforme o determinado na Portaria
166 MS/GM Nº. 930, de 10 de maio de 2012, possuem também banco de leite humanos, título de
167 Hospital e Maternidade Amigo da Criança, e ambas maternidades também dispõem de casas de
168 gestantes. A Sr.^a Marleide esclareceu que a oncologia se justifica como um dos pontos de corte
169 da proposta apresentada devido ao fato de haver no Estado do Tocantins 02 (dois) serviços de
170 Alta Complexidade com Unidades de Alta Complexidade em Oncologia (UNACONS) que
171 funcionam respectivamente no Hospital Geral Público de Palmas (HGP) e no Hospital Regional
172 de Araguaína (HRA) e onde ambos possuem ofertas de tratamento oncológico clínico e
173 cirúrgico, e ofertam serviços incluindo a radioterapia, e onde já está estabelecido na rede do
174 Tocantins que a UNACON/HRA é a referência para atendimento oncológico dos município das
175 Regiões de Saúde Bico do Papagaio, Médio Norte, e Cerrado; e a UNACON/HGP é a referência
176 para atendimento oncológico dos municípios das Regiões de Saúde Capim Dourado, Cantão,
177 Amor Perfeito, Ilha do Bananal, e Sudeste. A Sr.^a Marleide esclareceu que ainda em relação ao
178 serviço de radioterapia do HRA, apesar de o mesmo estar nesse momento sendo

179 temporariamente remanejado para o Estado do Maranhão, essa é uma situação passageira que já
180 está sendo solucionada, já está tudo sendo devidamente organizado para que em breve esse
181 serviço volte a Araguaína. Ainda segundo a expositora, outro ponto que merece destaque é o
182 processo de habilitação dos serviços de radioterapia no complexo hospitalar do Hospital Geral
183 Público de Palmas (HGP) que já foi aprovado pelo Ministério da Saúde e neste momento
184 aguarda apenas a disponibilidade orçamentária para ser efetivado. A mesma relatou que ambas
185 as UNACONs são compostas por especialistas que atendem aos parâmetros mínimos de
186 produção; esclareceu que na PPI Estadual toda a referência para radioterapia do Tocantins ainda
187 se encontra referenciada para a UNACON/HRA enquanto que na prática o tratamento
188 radioterápico das populações das Regiões de Saúde Cápim Dourado, Cantão, Amor Perfeito,
189 Ilha do Bananal e Sudeste já estão está sendo realizado em Palmas – TO na Clínica Irradiar, e
190 ressaltou que área técnica está aguardando a publicação da portaria de habilitação do serviço de
191 radioterapia do HGP para proceder a reordenação da rede junta a PPI Estadual. Por fim, a Sr.^a
192 Marleide justificou a solicitação da aprovação dessa Comissão Intergestores Bipartite em
193 relação aos assuntos apresentados neste ponto de pauta devido ao fato da mesma se fazer
194 necessária conforme o entendimento ocorrido na Reunião da Câmara Técnica de Gestão do
195 SUS, ocorrida ontem dia 18 de julho de 2018, para a efetivação da Proposta de Conformação
196 das Macrorregiões de Saúde do Estado do Tocantins aqui apresentada, e solicitou a efetiva
197 aprovação da referida proposta com os critérios de cardiologia, oncologia, e materno-infantil
198 sendo adotados como pontos de corte, e o desenho das 02 (duas) Macrorregiões do Estado do
199 Tocantins sendo efetivado conforme o que foi apresentado onde fica estabelecido a referência
200 de Média e Alta Complexidade dos municípios mais ao norte do Estado para Araguaína-TO, e a
201 referência de Média e Alta Complexidade dos municípios da região centro-sul do Tocantins
202 para Palmas – TO. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 6- Pactuação e Aprovação do**
203 **Cronograma do Planejamento Regional Integrado (PRI) – Desdobramentos da**
204 **Resolução, conforme as Resoluções CIT nº 23 de 17 de agosto de 2017, e nº 37 de 22**
205 **de março de 2018:** Solicitante: Luiza Regina Dias Noletto/ Superintendente de
206 Planejamento do SUS; Expositor (a): Marleide Aurélio Silva/ Técnica da Gerência de
207 Desenvolvimento e Políticas de Saúde/ Diretoria de Instrumentos de Planejamento para
208 Gestão do SUS/ Superintendência de Planejamento do SUS – SES – TO. A Sr.^a
209 Marleide informou que em relação ao Cronograma do Planejamento Regional Integrado
210 (PRI) que é um dos desdobramentos da RESOLUÇÃO – CIT Nº. 23, de 17 de agosto de
211 2017 e também da RESOLUÇÃO – CIT Nº. 37, de 22 de março de 2018, nesta última
212 em seu artigo 4º ficou definido o prazo de 90 (noventa) dias para os Estados da
213 Federação informarem ao Ministério da Saúde o Cronograma do Processo do
214 Planejamento Regional Integrado (PRI) e a definição das Macrorregiões de Saúde

215 pactuados em CIB. A mesma esclareceu ainda que também ficou estabelecido que nesse
216 mesmo prazo e após a publicação, os Estados em conjunto com seus Municípios
217 deverão conformar as macrorregiões de saúde e disponibilizar para o Ministério da
218 Saúde um cronograma de ações para o desenvolvimento dos desdobramentos trazidos
219 pelas RESOLUÇÕES – CIT aqui citadas, e ressaltou que foi diante desse exposto que
220 foram feitos a Proposta de Conformação das Macrorregiões de Saúde do Estado do
221 Tocantins e também o Cronograma do Planejamento Regional Integrado (PRI) do
222 Estado do Tocantins aqui apresentados. A expositora relatou que ambos foram
223 apresentados e discutidos na Reunião da Câmara Técnica de Gestão do SUS que
224 aconteceu ontem, quarta-feira, dia 18 de julho de 2018, e também na Reunião Ordinária
225 do Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Tocantins (COSEMS-TO) que
226 ocorreu hoje pela manhã, e pontuou que diante todos os resultados desse trabalho e
227 dessas discussões que as áreas técnicas da SES-TO buscam nessa comissão a pactuação
228 e aprovação também do Cronograma do PRI aqui apresentado. A Sr.^a Marleide
229 informou ainda que, devido ao fato de serem várias ações muito robustas a serem feitas
230 e implantadas, ao fato de tudo ter que ser feito juntamente com os municípios utilizando
231 o espaço das CIRs (Comissões Intergestores Regionais) para fazer as discussões
232 necessárias junto aos mesmos, tendo em vista que esse Cronograma não está fechado
233 devido ao fato de cada necessidade que for aparecendo ao longo da implantação desse
234 plano precisar ser recebida e discutida em CIR ou até mesmo na CIB, e tendo em vista
235 também o possível surgimento de necessidades de ampliação e inserção de novas ações,
236 esse cronograma é um cronograma aberto com uma previsão inicial de implantação
237 entorno de 02 (dois) anos. A expositora informou ainda que foi constituído um grupo
238 condutor já devidamente aprovado para conduzir a implantação das ações desse
239 cronograma, e, conforme as necessidades que forem aparecendo ao longo da
240 implantação do mesmo, poderão ocorrer mudanças, mas ressaltou que, caso seja
241 necessário, as readequações serão feitas, e tudo será trazido para as devidas pactuações
242 e aprovações. Item Aprovado Pela Plenária. **Item 7- Pactuação e Aprovação da**
243 **Descentralização da Gestão de Ações e Serviços de Saúde para o município de**
244 **Sandolândia, consoante disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CIT Nº. 4, de 19**
245 **de julho de 2012.** Solicitante: Luiza Regina Dias Noletto/ Superintendente de
246 Planejamento do SUS; Expositor (a): Marleide Aurélio Silva/ Técnica da Gerência de
247 Desenvolvimento e Políticas de Saúde/ Diretoria de Instrumentos de Planejamento para
248 Gestão do SUS/ Superintendência de Planejamento do SUS – SES – TO. A expositora,

249 Sr.^a Marleide informou que, em virtude da prática já efetiva de 05 (cinco) municípios,
250 surgiu a necessidade de se solicitar a Descentralização dos Serviços de Média e Alta
251 Complexidade do município de Sandolândia – TO. A mesma relatou ainda que
252 município fez a referida solicitação oficialmente via ofício, e que a solicitação dessa
253 pactuação e aprovação foi feita diante do resultado da análise da Diretoria de Controle
254 da SES – TO que foi feita para verificar a possibilidade real da necessidade dessa
255 descentralização. A Sr.^a Marleide relatou que para a população própria do município de
256 Sandolândia o valor dos serviços a serem descentralizados são da ordem de R\$
257 38.360,91 (trinta e oito mil, trezentos sessenta reais, e noventa e um centavos) anual, e
258 que outros recursos como os de ajustes e incentivos, como por exemplo, os recursos de
259 Tratamento Fora de Domicílio (TFD) Intermunicipal, que são da ordem do valor de R\$
260 7.317,20 (sete mil, trezentos e dezessete mil reais, e vinte centavos), e os recursos totais
261 dos tetos da PPI Assistencial e da Média e Alta Complexidade do município de
262 Sandolândia cujo valor é da ordem de R\$ 45.678,11 (quarenta e cinco mil, seiscentos e
263 setenta e oito reais, e onze centavos). A Sr.^a Luiza Regina informou que com isso apartir
264 desse momento o município de Sandolândia – TO passará a receber recursos do Fundo
265 Nacional de Saúde diretamente em seu Fundo Municipal de Saúde, e a Sr.^a Marleide,
266 complementando a informação dada pela Sr.^a Luiza Regina, explicou que apartir de
267 agora a produção e o faturamento do referido município e o envio dessas informações
268 para o Ministério da Saúde passam a ser de responsabilidade do município de
269 Sandolândia -TO. Item Aprovado Pela Plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA**
270 **APRESENTAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO: Item 8- Homologar a Implantação da**
271 **17ª e 18ª Equipe de Saúde da Família (ESF), com Saúde Bucal Modalidade I no**
272 **município de Porto Nacional -TO:** Solicitante e Expositor (a): Gilian Cristina
273 Barbosa/ Diretora de Atenção Primária/ Superintendência de Políticas de Atenção à
274 Saúde – SES – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 9- Homologar a**
275 **Implantação da 16ª e 17ª Equipe de Saúde da Família (ESF), do município de**
276 **Paraíso do Tocantins – TO:** Solicitante e Expositor (a): Gilian Cristina Barbosa/
277 Diretora de Atenção Primária/ Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SES
278 – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 10-Homologar a Implantação da 2ª**
279 **Equipe de Saúde Bucal (ESB) Modalidade I no município de Brejinho de Nazaré –**
280 **TO:** Solicitante: Gilian Cristina Barbosa/ Solicitante e Expositor (a): Gilian Cristina
281 Barbosa/ Diretora de Atenção Primária/ Superintendência de Políticas de Atenção à
282 Saúde – SES – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 11- Homologar a**

283 **Implantação da 1ª Equipe de NASF II (Núcleo Ampliado de Saúde da Família e**
284 **Atenção Básica – NASF-AB) no município Arraias– TO:** Solicitante e Expositor (a):
285 Gilian Cristina Barbosa/ Diretora de Atenção Primária/ Superintendência de Políticas de
286 Atenção à Saúde – SES – TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 12- Homologar o**
287 **Credenciamento do Sétimo Agente Comunitário de Saúde (ACS) na Equipe Saúde**
288 **da Família (ESF) /Equipe Saúde Bucal (ESB), no município de Santa Rita do**
289 **Tocantins – TO:** Solicitante e Expositor (a): Gilian Cristina Barbosa/ Diretora de
290 Atenção Primária/ Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde – SES – TO. A
291 Sr.ª Gilian Cristina informou que todos os municípios que possuem o teto que foi
292 disponibilizado pelo Ministério da Saúde encaminharam o projeto para a análise técnica
293 da Diretoria de Atenção Primária da SES-TO que aprovou os mesmos, e informou que
294 também há uma Resolução do Conselho Municipal de Saúde de cada um desses
295 municípios aprovando cada um desses projetos. Itens 08, 09, 10, 11, e 12 Homologados
296 Pela Plenária. **Item 13- Homologar a Habilitação do Centro Especializado em**
297 **Reabilitação (CER) IV no município de Araguaína – TO:** Solicitante: Iatagan de
298 Araújo Barbosa/ Diretor de Atenção Especializada/ Superintendência de Políticas de
299 Atenção à Saúde – SES – TO; Expositor (a): Ana Paula Andrade Abadia/
300 Superintendente de Atenção Especializada da Secretaria Municipal de Saúde de
301 Araguaína – TO. A Sr.ª Ana Paula informou que o objetivo dessa solicitação é
302 homologar a implantação e o funcionamento do Centro Especializado em Reabilitação
303 IV (CER IV) do município de Araguaína – TO. A mesma informou ainda que o referido
304 centro oferta atendimento nas modalidades de habilitação intelectual, física, visual e
305 auditiva, e tem como público alvo os munícipes com necessidades especiais das
306 populações dos municípios que compreendem as Regiões de Saúde Médio Norte
307 Araguaia, Cerrado Tocantins, e Bico do Papagaio através da articulação da rede de
308 serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse momento, interrompendo a
309 apresentação do Item 13 da pauta, o Presidente da CIB-TO, Sr. Renato Jayme da Silva
310 pediu licença aos membros da plenária para se ausentar dessa reunião em virtude de um
311 outro compromisso importante e também urgente que necessita de sua presença e
312 participação enquanto Secretário de Estado da Saúde do Tocantins. O mesmo então
313 repassou a presidência desta plenária para a Sr.ª Luiza Regina Dias Noletto/
314 Superintendente de Planejamento do SUS da SES – TO informando que, caso fosse
315 possível, retornaria posteriormente a esta plenária até o fim da mesma, mas que, caso
316 isso não fosse possível, a Sr.ª Luiza Regina conduziria a plenária até o seu

317 encerramento. Retornando à apresentação do Item 13 da pauta, a expositora, Sr.^a Ana
318 Paula Andrade Abadia/ Superintendente de Atenção Especializada da Secretaria
319 Municipal de Saúde de Araguaína – TO, ressaltou a informação de que o público alvo
320 dos atendimentos ofertados no CER IV de Araguaína são pessoas das populações das
321 Regiões de Saúde já citadas que possuem deficiências temporárias ou permanentes;
322 progressivas, regressivas ou estáveis; intermitentes; contínuas; severas; em regime de
323 tratamento intensivo das deficiências auditivas, físicas, intelectuais, visuais e ostomil
324 44.01. A população de abrangência dos atendimentos ofertados nessa unidade de saúde
325 compreende a uma população de pessoas com algum tipo das deficiências citadas de
326 192.028 (cento e noventa e dois mil e vinte e oito) habitantes. A Sr.^a Ana Paula
327 informou ainda que o prédio do CER IV já está pronto e foi todo construído e equipado
328 em conformidade com os manuais e portarias do Ministério da Saúde, Resolução de
329 Diretoria Colegiada (RDC), e DNTs. A mesma informou ainda que a carga horária de
330 atendimento dos serviços ambulatoriais é de 08 horas, que em relação aos recursos
331 humanos, a equipe multiprofissional do CER IV de Araguaína está em conformidade
332 com a legislação vigente, que as metas de atendimentos também foram estabelecidas em
333 conformidade com a legislação vigente de forma que para os atendimentos dos casos de
334 deficiências auditivas foi estabelecido o número de atendimentos de 120 (cento e vinte)
335 usuários por mês; para os atendimentos dos casos de deficiências físicas foi estabelecido
336 o número de 200 (duzentos) usuários por mês; para os atendimentos dos casos de
337 deficiências intelectuais foi estabelecido o número de 200 (duzentos) usuários; e para os
338 atendimentos dos casos de deficiências visuais foi estabelecido o número de 150 (cento
339 e cinquenta) usuários por mês concluindo um número total de atendimentos mensais na
340 unidade de 700 (setecentos) usuários. A expositora apresentou aos presentes o modelo
341 de como serão os atendimentos da unidade para cada uma das regiões de saúde citadas
342 esclarecendo que o CER IV de Araguaína irá atender os casos de reabilitação auditiva
343 dos municípios das regiões de saúde Médio Norte Araguaia e Bico do Papagaio porque
344 o município de Colinas do Tocantins – TO já presta esse tipo de atendimento para os
345 municípios da região de Saúde Cerrado. Em relação à reabilitação física, a unidade
346 atenderá as regiões de saúde Médio Norte, Bico do Papagaio, e Cerrado, e já em relação
347 à reabilitação visual, a unidade atenderá a todo o Estado do Tocantins devido ao fato de
348 ainda não haver no referido nenhum tipo de serviço nesse sentido. A Sr.^a Ana Paula
349 concluiu dizendo que o CER IV de Araguaína irá proceder aos atendimentos de toda a
350 parte de reabilitação visual e intelectual para as regiões de saúde Médio Norte e Bico do

351 Papagaio uma vez que já há um serviço que também atende reabilitação auditiva na
352 região de saúde Cerrado no município de Colinas do Tocantins – TO. A expositora
353 informou o fluxo e ressaltou que quando o serviço estiver habilitado e próximo do início
354 do seu funcionamento efetivo, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde de
355 Araguaína – TO juntamente com a equipe técnica da SES – TO, estará tratando melhor
356 da questão dos atendimentos de todas as regiões. Por fim, a Sr.^a Ana Paula mostrou a
357 foto de uma oficina de ortopedia que é um serviço auxiliar que também está em
358 construção com previsão de entrega da obra pronta para 120 (cento e vinte) a 180 (cento
359 e oitenta) dias. Item Homologado Pela Plenária. Nesse momento, justificando que a
360 expositora do Item 63 da pauta precisa se retirar mais cedo para pegar um voo nas
361 próximas horas para poder ir a um outro compromisso, a Sr.^a Luiza Regina solicitou a
362 antecipação da apresentação do Item 63 da pauta dessa plenária esclarecendo que
363 posteriormente a plenária daria seguimento normal a mesma retornando à apresentação
364 do Item 14. **PONTOS DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO E**
365 **ESCLARECIMENTOS: Item 63- Apresentação e Esclarecimento sobre o Projeto**
366 **Interfederativo de Integração Inteligente Aplicada ao Fortalecimento da Rede de**
367 **Resposta Rápida à Sífilis – Ministério da Saúde.** Solicitante: Caroline B. Costa da
368 Luz/ Gerente Estadual de DST-AIDS e Hepatites Virais/ Diretoria de Vigilância
369 Epidemiológica das Doenças Transmissíveis e Não – Transmissíveis/ Superintendência
370 de Vigilância, Promoção e Proteção à Saúde / Secretaria de Estado da Saúde do
371 Tocantins; Expositor (a): Marileide Florêncio Martins Souza/ Apoiadora do Ministério
372 da Saúde para o Enfrentamento da Sífilis. A Sr.^a Marileide falou sobre a importância do
373 tratamento e prevenção da sífilis, informou que o Ministério da Saúde desde 2014 está
374 desenvolvendo um novo trabalho referente às questões relacionadas a essa doença, e
375 que, em virtude da epidemia de sífilis vivenciada atualmente, o mesmo criou e elaborou
376 esse Projeto Interfederativo de Integração Aplicada ao Fortalecimento da Rede de
377 Respostas Rápidas à Sífilis na rede de atenção. A expositora relatou que no final do ano
378 de 2014 foi aprovada uma emenda parlamentar distribuindo para o enfrentamento da
379 sífilis em todo o país um recurso da ordem do valor R\$ 200.000.000,00 (duzentos
380 milhões de reais), ressaltou que o recurso citado foi distribuído entre as várias ações da
381 rede de saúde nacional onde uma dessas ações é implantação do referido projeto com
382 distribuição de recursos, materiais de insumos, e equipamentos, como por exemplo, a
383 aparelhagem de municípios prioritários, nas várias redes estaduais e municipais de
384 saúde de todo o território nacional. A mesma informou que no Estado do Tocantins os

385 municípios considerados prioritários nesse caso são os municípios de Palmas e
386 Araguaína onde está ocorrendo um trabalho intenso que deverá ser ampliado para todo o
387 restante do Estado do Tocantins. A Sr.^a Marileide pontuou que, apesar de os municípios
388 de Palmas e Araguaína serem considerados prioritários para esse trabalho nesse
389 momento, definitivamente isso não quer dizer que o mesmo não será ampliado para os
390 demais municípios tocantinenses dentro do processo. A expositora esclareceu que a
391 sífilis é uma doença sexualmente transmissível curável onde todos os profissionais da
392 rede saúde devem trabalhar com ações de prevenção e diagnóstico precoce no combate
393 a essa enfermidade o quanto antes para que assim possam haver impactos positivos
394 diminuindo a morbimortalidade e a mortalidade causada pela mesma. A mesma
395 explicou que o projeto aqui apresentado é um projeto trabalhado entre o Ministério da
396 Saúde, a Organização Mundial de Saúde (OMS), e a Organização Pan-Americana de
397 Saúde (OPAS), cujo objetivo é a redução da sífilis adquirida, da sífilis em gestantes, e
398 da sífilis congênita no Brasil. Os objetivos específicos do mesmo são: O fortalecimento
399 da vigilância epidemiológica em relação a sífilis e todos os seus tipos que acabam de ser
400 citados; a Integração de forma colaborativa das ações de vigilância e atenção em saúde
401 nas redes de atenção à saúde; a Articulação dos setores sociais e das comunidades para
402 fortalecer a resposta rápida à sífilis; e a Resposta aos compromissos internacionais para
403 a eliminação da sífilis congênita que o Brasil assumiu perante as entidades nacionais e
404 internacionais. A expositora esclareceu que o projeto possui 04 (quatro) eixos principais
405 sendo que o eixo que está sendo trabalho no Estado do Tocantins junto aos municípios
406 não considerados como prioritários é o eixo que diz respeito aos instrumentos de gestão
407 de metas e estratégias para o combate a sífilis, e também a aprovação de todo
408 instrumento que não esteja dentro desse rol de instrumentos de gestão, mas que também
409 possa contribuir para o alcance das metas. Nesse momento a Sr.^a Marileide citou como
410 exemplo desse tipo de instrumento os planos municipais das Doenças Sexualmente
411 Transmissíveis (DSTs) que devem ser feitos pelos municípios e aprovados pelos
412 conselhos municipais de saúde para que sejam devidamente formalizados a nível de
413 execução de recursos. Outro eixo do projeto citado pela expositora foi o eixo que diz
414 respeito ao Cuidado Integral onde está havendo um fortalecimento, está sendo dada uma
415 importância cada vez maior, para que os municípios possam pensar nas pessoas com
416 sífilis desde a base de prevenção, de diagnóstico, tratamento, vigilância e
417 acompanhamento. Dentro desse contexto, a expositora relatou que há uma proposta de
418 pactuação por parte da SES - TO que deverá passar pela CIB em breve que é a

Pactuação do Acompanhamento Integral da Pessoa com Sífilis. A Sr.^a Marileide pontuou que normalmente as pessoas as vezes se preocupam em fazer o diagnóstico da doença através do teste rápido, que depois disso o paciente já fica detido na rede, é submetido a aplicação da primeira dosagem de penicilina na primeira semana do tratamento e também às dosagens posteriores até a terceira semana. A mesma ressaltou que é preciso fazer o acompanhamento adequado desse paciente, pois a sífilis possui um critério de cura, e como em muitas das vezes após a aplicação dessa dose a gestão municipal acaba se perdendo, se faz necessário que os municípios façam essa pactuação pensando em toda a equipe de uma forma a gerar um corresponsabilização. No caso da sífilis adquirida o acompanhamento deve ser feito de uma forma ainda mais criteriosa, pois nesse caso já se trata de um acompanhamento a ser feito durante ao menos 02 (dois) anos, e isso está sendo visto como um dos grandes gargalos, um dos grandes problemas a serem superados a nível de Estado. A Sr.^a Marileide citou ainda a educação e a comunicação como sendo um outro eixo do projeto apresentado, e relatou que estão sendo trabalhadas estratégias para fazer com que as informações cheguem a todos, que a vigilância está tentando melhorar a qualidade das informações, e que os municípios prioritários do Estado do Tocantins juntamente com o Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, e a Gerência Estadual de DST-AIDS e Hepatites Virais estão recebendo equipamentos para montar uma sala de situação para o monitoramento dos casos de sífilis com a finalidade de fazer um acompanhamento e monitoramento online, e assim também poder contribuir para a melhora da qualidade do acompanhamento desses indivíduos que possuem sífilis. A mesma ressaltou que essa também é uma das propostas desse projeto que possui o período de execução estabelecido em 02 (dois) anos para sua implantação, de forma que até 2020 deverão ser apresentados parâmetros melhores do que os atuais em relação à sífilis. A expositora apresentou tabelas com dados relacionados a sífilis no Brasil e no Estado do Tocantins, demonstrou também um comparativo do ano de 2016 relacionado ao número de casos, percentual e taxas de detecção das sífilis adquirida, gestacional, e congênita no Brasil, nos Estado da Região Norte, e também no Tocantins. A mesma informou também o Fluxo para Retirada de Penicilina e Distribuição na Atenção Primária dos Municípios esclarecendo que, embora possua também outras funções, a penicilina pesatina é o medicamento que trata a sífilis, e a compra do mesmo é de responsabilidade dos gestores municipais pontuando que essa responsabilidade deve ser pactuada tanto na Comissão Intergestores Biparte (CIB) quanto na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Por fim, a Sr.^a Marileide esclareceu

que o aumento dos números de casos de sífilis ao ponto de se chegar a epidemia que tem atualmente ocorreu devido ao fato de que no ano de 2014 ocorreu uma diminuição acentuada na matéria prima dos medicamentos que tratam a doença, e que essa diminuição ocorreu de maneira a provocar uma suspensão do mesmo a nível mundial, mas que, no entanto, já apartir dos anos de 2015 o Ministério da Saúde começou a comprar a penicilina para ofertar o medicamento para o tratamento da sífilis aos municípios de todo o país. **Item 14- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11439.826000/1180-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes (Unidade Móvel de Saúde) para a Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins - TO, no valor de R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 26910002 do Parlamentar Irajá Abreu:** Solicitante/ Expositor (a): Adriana Alves Pereira/ Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 15- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11439.826000/1180-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Posto de Saúde Vereador Naildo Alves, Unidade de Saúde Eva da Silva Abreu e Unidade de Saúde Sub Tenente Valdir Teles Paixão no Município de Divinópolis do Tocantins - TO, no valor de R\$200.000,00 (cento e setenta mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 26930011 da Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende:** Solicitante/ Expositor(a): Adriana Alves Pereira/ Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 16- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11439.826000/1180-04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital de Pequeno Porte (HPP) de Divinópolis do Tocantins - TO, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 26910002 do Parlamentar Irajá Abreu:** Solicitante/ Expositor (a): Adriana Alves Pereira/ Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 17- Homologar a Reprogramação da Proposta de Projeto Nº. 11439.826000/1130-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para Posto de Saúde Vereador Naildo Alves, Unidade de Saúde Eva de Abreu e Unidade de Saúde Irmã Silvana no Município de Divinópolis do Tocantins - TO, no valor de R\$39.484,52 (trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), objeto de Emenda Parlamentar Nº 26910002 do Parlamentar Irajá Silvestre Filho:** Solicitante/ Expositor (a): Adriana Alves Pereira/ Secretária Municipal de Saúde de Divinópolis do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 18-**

487 Homologar a Proposta de Projeto Nº. 12780.909000/1180-02 para Aquisição de
488 Equipamentos e Materiais Permanentes referente à Aquisição de Veículo para
489 Transporte Sanitário Eletivo, e Aprovar o Projeto Técnico para a Secretaria
490 Municipal de Saúde do Município de Peixe - TO, no valor de R\$190.000,00 (cento e
491 noventa mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 30680004 do Parlamentar
492 Carlos Henrique Gaguim: Solicitante/ Expositor (a): Juliana Dias Pinheiro/ Secretária
493 Municipal de Saúde de Peixe - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 19-**
494 Homologar a Proposta de Projeto Nº. 12780.909000/1180-03 para Aquisição de
495 Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde da Família São
496 José e Unidade de Saúde Setor Aeroporto no Município de Peixe - TO, no valor de
497 R\$109.970,00 (cento e nove mil e novecentos e setenta reais), objeto de Emenda
498 Parlamentar Nº 30680004do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim: Solicitante/
499 Expositor (a): Juliana Dias Pinheiro/ Secretária Municipal de Saúde de Peixe - TO. Item
500 Homologado Pela Plenária. **Item 20-** Homologar a Reprogramação da Proposta de
501 Projeto Nº. 11266.993000/1170-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
502 Permanentes para o Posto de Saúde Folha Grossa, Posto de Saúde Valci Pereira de
503 Sousa, Unidade Básica de Saúde Alto Bonito, Unidade Básica de Saúde Ana Vina,
504 Unidade Básica de Saúde de Tocantinópolis e Unidade Básica de Saúde Múcio
505 Barbosa para o Município de Tocantinópolis - TO, no valor de R\$300.000,00
506 (trezentos mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 30860006 da Parlamentar
507 Dulce Miranda: Solicitante/ Expositor (a): Jair Teixeira Aguiar/ Secretário Municipal
508 de Saúde de Tocantinópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 21-**
509 Homologar a Proposta de Projeto Nº.11301.094000/1180-02 para Aquisição de
510 Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde PSF III
511 referente à Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo, e Aprovar o
512 Projeto Técnico para o município de Dianópolis – TO, no valor de R\$300.000,00
513 (trezentos mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº36950002 da Parlamentar
514 Jose Nunes: Solicitante/ Expositor (a): Amaury Mendes da Silva/ Secretário Municipal
515 de Saúde de Dianópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 22-** Homologar a
516 Proposta de Projeto Nº. 17070.017122814/062-53 para Aquisição de Equipamentos
517 e Materiais Permanentes (Ambulância Tipo A) para o município de Dianópolis –
518 TO, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), referente à Recurso de
519 Programa/Ação do Ministério da Saúde: Solicitante/ Expositor (a): Amaury Mendes
520 da Silva/ Secretário Municipal de Saúde de Dianópolis - TO. Item Homologado Pela

521 Plenária. Item 23- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 17070.017122814/088-98
522 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes (Unidade Móvel de
523 Saúde) para a Secretaria Municipal de Saúde de Dianópolis, e Aprovar o Projeto
524 Técnico para o município de Dianópolis - TO - TO, no valor de R\$190.000,00
525 (cento e noventa mil reais), referente à Recurso de Programa/Ação do Ministério
526 da Saúde: Solicitante/ Expositor (a): Amaury Mendes da Silva/ Secretário Municipal de
527 Saúde de Dianópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 24- Homologar a
528 Proposta de Projeto Nº. 11545.460000/1180-01 para Aquisição de Equipamentos e
529 Materiais Permanentes para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) I Dona
530 Viturina Borba no Município de Miracema do Tocantins - TO, no valor de
531 R\$200.000,00 (duzentos mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 30860008 da
532 Parlamentar Dulce Miranda: Solicitante/ Expositor (a): Jonair Oliveira de Sousa/
533 Secretário Municipal de Saúde de Miracema do Tocantins - TO. Item Homologado Pela
534 Plenária. Item 25- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 13138.386000/1170-03 para
535 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro Municipal de
536 Saúde de Fátima no município de Fátima - TO, no valor de R\$116.000,00 (cento e
537 dezesseis mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 29180004 do Parlamentar
538 Vicentinho Alves: Solicitante/ Expositor (a): Ana Karoline F. Cunha Lima/ Secretária
539 Municipal de Saúde de Fátima - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 26-
540 Homologar a Proposta de Projeto Nº. 13138.386000/1170-04 para Aquisição de
541 Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro Municipal de Saúde de
542 Fátima no município de Fátima - TO, no valor de R\$84.000,00 (oitenta e quatro
543 mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 29180004 do Parlamentar Vicentinho
544 Alves: Solicitante/ Expositor (a): Ana Karoline F. Cunha Lima/ Secretária Municipal de
545 Saúde de Fátima - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 27- Homologar a
546 Proposta de Projeto Nº. 13138.386000/1170-05 para Aquisição de Equipamentos e
547 Materiais Permanentes para o Centro Municipal de Saúde de Fátima e Unidade de
548 Saúde da Família Dr. Antonio Pedro Ribeiro no município de Fátima - TO, no
549 valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº
550 26910003 do Parlamentar Irajá Abreu: Solicitante/ Expositor (a): Ana Karoline F.
551 Cunha Lima/ Secretária Municipal de Saúde de Fátima - TO. Item Homologado Pela
552 Plenária. Item 28- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 13138.386000/1180-01 para
553 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de Saúde da
554 Família Dr. Antonio Pedro Ribeiro no município de Fátima - TO, no valor de

555 RS155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), objeto de Emenda Parlamentar
556 Nº 26910001 do Parlamentar Irajá Abreu: Solicitante/ Expositor (a): Ana Karolinê F.
557 Cunha Lima/ Secretária Municipal de Saúde de Fátima - TO. Item Homologado Pela
558 Plenária. Item 29- Homologar a Reprogramação da Proposta de Projeto Nº.
559 13138.386000/1140-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes
560 para o Centro Municipal de Saúde de Fátima e Unidade de Saúde da Família Dr.
561 Antonio Pedro Ribeiro no município de Fátima - TO, no valor de R\$12.470,53
562 (doze mil quatrocentos e setenta reais e cinquenta e três centavos), objeto de
563 Emenda Parlamentar Nº 268910005do Parlamentar José Ângelo Agnolin:
564 Solicitante/ Expositor (a): Ana Karoline F. Cunha Lima/ Secretária Municipal de Saúde
565 de Fátima - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 30- Homologar a
566 Reprogramação da Proposta de Projeto Nº. 13138.386000/1160-01 para Aquisição
567 de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro Municipal de Saúde de
568 Fátima, no município de Fátima - TO, no valor de 17.118,40 (dezesete mil cento e
569 dezoito reais e quarenta centavos), objeto de Emenda Parlamentar Nº 29310002 do
570 Parlamentar Ataídes de Oliveira: Solicitante/ Expositor (a): Ana Karoline F. Cunha
571 Lima/ Secretária Municipal de Saúde de Fátima - TO. Item Homologado Pela Plenária.
572 Item 31- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11262.636000/1177-01 para
573 Construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) para o município de Sitio Novo do
574 Tocantins - TO, no valor de R\$726.000,00 (setecentos e vinte e seis mil reais),
575 objeto de Emenda Parlamentar Nº 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda:
576 Solicitante/ Expositor (a): Maria das Dores Abreu Farias/ Secretária Municipal de Saúde
577 de Sitio Novo do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 32-
578 Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11262.636000/1180-01 para Aquisição de
579 Equipamentos e Materiais Permanentes (Unidade Móvel de Saúde) para a
580 Secretaria Municipal de Saúde no município de Sitio Novo do Tocantins - TO, no
581 valor de R\$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº
582 26930008 da Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende: Solicitante/
583 Expositor (a): Maria das Dores Abreu Farias/ Secretária Municipal de Saúde de Sitio
584 Novo do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 33- Homologar a
585 Proposta de Projeto Nº. 11262.636000/1177-06 para Aquisição de Equipamentos e
586 Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde no município de Sitio
587 Novo do Tocantins - TO, no valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), objeto de
588 Emenda Parlamentar Nº 30860006 da Parlamentar Dulce Miranda: Solicitante/

589 Expositor (a): Maria das Dores Abreu Farias/ Secretária Municipal de Saúde de Sítio
590 Novo do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 34- Homologar a
591 Proposta de Projeto Nº. 11262.636000/1177-02 para Aquisição de Equipamentos e
592 Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde no município de Sítio
593 Novo do Tocantins - TO, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais),
594 objeto de Emenda Parlamentar Nº 29180004do Parlamentar Vicentinho Alves:
595 Solicitante/ Expositor (a): Maria das Dores Abreu Farias/ Secretária Municipal de Saúde
596 de Sítio Novo do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 35-
597 Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11262.636000/1180-02 para Aquisição de
598 Equipamentos e Materiais Permanentes para o Centro de Atenção Psicossocial
599 CAP) I Caminho da Esperança no município de Sítio Novo do Tocantins-TO, no
600 valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº
601 26930008 da Parlamentar Professora Dorinha Seabra Rezende: Solicitante/
602 Expositor (a): Maria das Dores Abreu Farias/ Secretária Municipal de Saúde de Sítio
603 Novo do Tocantins - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 36- Homologar a
604 Proposta de Projeto Nº. 1720801712281834659 para Aquisição de Equipamentos e
605 Materiais Permanentes referente à Aquisição de Veículo para Transporte
606 Sanitário Eletivo, e Aprovar o Projeto Técnico para o município de Sítio Novo do
607 Tocantins – TO, no valor de R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), do
608 Parlamentar César Halum: Solicitante/ Expositor (a): Maria das Dores Abreu Farias/
609 Secretária Municipal de Saúde de Sítio Novo do Tocantins - TO. Item Homologado
610 Pela Plenária. Item 37- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 11772.824000/1180-03,
611 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica
612 de Saúde (UBS II) Dr. Pedro Zanina, referente à Aquisição de Veículo para
613 Transporte Sanitário Eletivo, e Aprovar o Projeto Técnico para o município de
614 Pedro Afonso – TO, no valor de R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), objeto de
615 Emenda Parlamentar Nº 26930011- Professora Dorinha Seabra Rezende:
616 Solicitante/ Expositor (a): José Martins de França/ Secretária Municipal de Saúde de
617 Pedro Afonso - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 38- Homologar a Proposta
618 de Projeto Nº. 11429.603000/1180-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais
619 Permanentes, para aquisição de Veículo de Transporte Sanitário Eletivo, e
620 Aprovar o Projeto Técnico para o município de Formoso do Araguaia - TO, no
621 valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais), objeto de Emenda Parlamentar
622 Federal Nº 26930011 - Professora Dorinha Seabra Rezende: Solicitante/ Expositor

623 (a): Pedrina Araujo Coelho de Oliveira/ Secretária Municipal de Saúde de Formoso do
624 Araguaia - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 39- Homologar a**
625 **Reprogramação da Proposta de Projeto N°. 1701001712201010488 para Aquisição**
626 **de Equipamentos e Materiais Permanentes (Equipamentos Odontológicos) para a**
627 **Unidade de Saúde Valdeci Araújo Lima no município de Ananás – TO, no valor de**
628 **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), referente à Recurso de Programa/Ação do**
629 **Ministério da Saúde;** Solicitante/ Expositor (a): Elizangela Torres dos Santos Lima/
630 Secretária Municipal de Saúde de Ananás - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item**
631 **40- Homologar a Proposta de Projeto N°. 1701001712271700443 para Aquisição de**
632 **01 (uma) Ambulância Tipo A para o município de Ananás – TO, no valor de R\$**
633 **80.000,00 (oitenta mil Reais), referente à Recurso de Programa/Ação do Ministério**
634 **da Saúde;** Solicitante/ Expositor (a): Elizangela Torres dos Santos Lima/ Secretária
635 Municipal de Saúde de Ananás - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 41-**
636 **Homologar a Reprogramação da Proposta de Projeto N°. 11246.570000/1170-01**
637 **para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade de**
638 **Saúde da Família de São João Ananás, do município de Ananás – TO, no valor de**
639 **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente à Emenda Parlamentar N°.**
640 **29180004 do Parlamentar Vicentinho Alves;** Solicitante/ Expositor (a): Elizangela
641 Torres dos Santos Lima/ Secretária Municipal de Saúde de Ananás - TO. Item
642 Homologado Pela Plenária. **Item 42- Homologar a Reprogramação da Proposta de**
643 **Projeto N°. 11246.570000/1170-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
644 **Permanentes para a Unidade de Saúde da Família (USF) do município de Ananás**
645 **– TO, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), referente à Emenda**
646 **Parlamentar N°. 24290002, do Parlamentar Lázaro Botelho;** Solicitante/ Expositor
647 (a): Elizangela Torres dos Santos Lima/ Secretária Municipal de Saúde de Ananás - TO.
648 Item Homologado Pela Plenária. **Item 43- Homologar a Reprogramação da Proposta**
649 **de Projeto N°.11246.570000/1140-03 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
650 **Permanentes para a Unidade de Saúde da Família de São João no município de**
651 **Ananás – TO, no valor de R\$8.293,93 (oito Mil duzentos e noventa e três reais e**
652 **noventa e três centavos) referente à Emenda Parlamentar N°. 24290003 do**
653 **Parlamentar Lázaro Botelho;** Solicitante/ Expositor (a): Elizangela Torres dos Santos
654 Lima/Secretária Municipal de Saúde de Ananás - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 44-**
655 **Homologar a Reprogramação da Proposta de Projeto N°. 11246.570000/1150-03 para**
656 **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital de Pequeno Porte**

657 Nossa Senhora Aparecida do município de Ananás – TO, no valor de R\$69.476,28(sessenta
 658 e nove mil quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos), referente à Emenda
 659 Parlamentar Nº. 23590006 da Parlamentar Kátia Abreu: Solicitante/ Expositor (a):
 660 Elizangela Torres dos Santos Lima/ Secretária Municipal de Saúde de Ananás - TO. Item
 661 Homologado Pela Plenária. Item 45- Homologar a Reprogramação da Proposta de Projeto
 662 Nº. 11246.570000/1150-01 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para
 663 o Hospital de Pequeno Porte Nossa Senhora Aparecida no município de Ananás – TO, no
 664 valor de R\$ 7.453,64 (sete mil quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro
 665 centavos), referente à Emenda Parlamentar Nº. 24290006 do Parlamentar Lázaro
 666 Botelho: Solicitante/ Expositor (a): Elizangela Torres dos Santos Lima/ Secretária Municipal de
 667 Saúde de Ananás - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 46- Homologar a
 668 Reprogramação da Proposta de Projeto Nº. 11246.570000/1130-06 para Aquisição de
 669 Equipamentos e Materiais Permanentes para o Hospital de Pequeno Porte Nossa Senhora
 670 Aparecida no município de Ananás – TO, no valor de R\$ 15.246,67 (quinze mil duzentos e
 671 quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos), referente à Recurso de Programa/Ação do
 672 Ministério da Saúde: Solicitante/ Expositor (a): Elizangela Torres dos Santos Lima/ Secretária
 673 Municipal de Saúde de Ananás - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 47- Homologar a
 674 Proposta de Projeto Nº. 13973.552000/1180-14 para Aquisição de Equipamentos e
 675 Materiais Permanentes para o Centro de Saúde Luisa Pinheiro Barros no município de
 676 Dueré - TO, no valor de R\$147.925,00 (cento e quarenta e sete mil e novecentos e vinte e
 677 cinco reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 23590006 da Parlamentar Kátia Abreu:
 678 Solicitante/ Expositor(a): Mariana da Silva Coêlho/ Secretária Municipal de Saúde de Dueré -
 679 TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 48- Homologar a Proposta de Projeto Nº.
 680 13936.229000/1177-02 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a
 681 Unidade Básica de Saúde Setor Bom Tempo no município de Palmeirópolis - TO, no valor
 682 de R\$104.173,00 (cento e quatro mil e cento e setenta e três reais), objeto de Emenda
 683 Parlamentar Nº 30680010 do Parlamentar Carlos Henrique Gaguim: Solicitante/ Expositor
 684 (a): Mariana da Silva Coêlho/ Secretária Municipal de Saúde de Dueré - TO. Item Homologado
 685 Pela Plenária. Item 49- Homologar a Proposta de Projeto Nº. 13936.229000/1180-01 para
 686 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes (Ambulância Tipo A) para a
 687 Secretaria Municipal de Saúde no município de Palmeirópolis - TO, no valor de
 688 R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais), objeto de Emenda Parlamentar Nº 36950003 da
 689 Parlamentar Josi Nunes: Solicitante/ Expositor (a): Nélcio Oliveira Silva/ Secretário Municipal
 690 de Saúde de Palmeirópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 50- Homologar a
 691 Proposta de Projeto Nº. 171575171261449706 para Aquisição de Equipamentos e
 692 Materiais Permanentes, Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo A para o município de
 693 Palmeirópolis - TO, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), do Parlamentar

694 **Vicentinho Junior:** Solicitante/ Expositor (a): Nélio Oliveira Silva/ Secretário Municipal de
695 Saúde de Palmeirópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária **Item 51- Homologar a**
696 **Proposta de Projeto N°. 17157.5171219180018 para Aquisição de Equipamentos e**
697 **Materiais Permanentes, Aquisição de 01 (uma) Ambulância Tipo A para o município de**
698 **Palmeirópolis - TO, no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), do Parlamentar César**
699 **Halum:** Solicitante/ Expositor (a): Nélio Oliveira Silva/ Secretário Municipal de Saúde de
700 Palmeirópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária **Item 52- Homologar a Proposta de**
701 **Projeto N°. 1715751712281555260 para Aquisição de Equipamentos e Materiais**
702 **Permanentes referente à Aquisição de Veículo para Transporte Sanitário Eletivo, e**
703 **Aprovar o Projeto Técnico para o município de Palmeirópolis - TO, no valor de**
704 **R\$190.000,00 (cento e noventa mil reais), objeto de Emenda Parlamentar N° XXXX da**
705 **Parlamentar Josi Nunes:** Solicitante/ Expositor (a): Nélio Oliveira Silva/ Secretário Municipal
706 de Saúde de Palmeirópolis - TO. Item Homologado Pela Plenária **Item 53- Homologar a**
707 **Reprogramação da Proposta de Projeto N°. 11627.479000/1150-01 para Aquisição de**
708 **Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde e Unidade Básica**
709 **de Saúde FNS, no município de Nova Olinda - TO, no valor de R\$30.276,67 (trinta mil**
710 **duzentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos), objeto de Emenda Parlamentar**
711 **N° 26910002 do Parlamentar Irajá Abreu:** Solicitante/ Expositor (a): Jair Pereira Lima/
712 Secretário Municipal de Saúde de Nova Olinda - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 54-**
713 **Homologar a Reprogramação da Proposta de Projeto N°. 11627.479000/1160-01 para**
714 **Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Unidade Básica de Saúde no**
715 **município de Nova Olinda - TO, no valor de R\$ 12.241,25 (doze mil duzentos e quarenta e**
716 **um reais e vinte e cinco centavos), objeto de Emenda Parlamentar N° 29180001 do**
717 **Parlamentar Vicentinho Alves:** Solicitante/ Expositor (a): Jair Pereira Lima/ Secretário
718 Municipal de Saúde de Nova Olinda - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 55-**
719 **Homologar a RESOLUÇÃO CIB/TO N°. 134, Ad Referendum, de 14 de junho de 2018,**
720 **que Dispõe sobre a Inclusão de valores dos Procedimentos de Oftalmologia e a Correção**
721 **nos valores das Consultas de Especialidades na Tabela Municipal de Procedimentos**
722 **Oftalmológicos e Consultas de Especialidades do município de Porto Nacional - TO:**
723 Solicitante/ Expositor (a): Anna Crystina Mota Brito Bezerra/ Secretária Municipal de Saúde de
724 Porto Nacional - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item 56- Homologar a RESOLUÇÃO**
725 **CIB/TO N°. 135, Ad Referendum, de 20 de junho de 2018, que Dispõe sobre a Proposta de**
726 **Convênio N°. 911336/18-006 para Ampliação da Unidade de Atenção Especializada**
727 **Clínica da Mulher Maria da Silva Carvalho Feitosa no município de Gurupi - TO, no**
728 **valor de R\$ 1.130.800,00 (um milhão, cento e trinta mil, e oitocentos reais), referente à**
729 **Emenda Parlamentar N°. 23590007:** Solicitante/ Expositor(a): Vânio Rodrigues de
730 Souza/Secretário Municipal de Saúde de Gurupi - TO. Item Homologado Pela Plenária. **Item**

731 57- Homologar a RESOLUÇÃO CIB/TO N°. 136, Ad Referendum, de 28 de junho de
732 2018, que Dispõe sobre a Proposta de Convênio N°. 911440/18-004 para Ampliação da
733 Unidade de Atenção Especializada Unidade de Saúde da Família no município de
734 Esperantina – TO, no valor de R\$ 251.160,00 (duzentos e cinquenta e um mil, cento e
735 sessenta reais), referente à Emenda Parlamentar N°. 23590007: Solicitante: Antônio José de
736 Oliveira Rodrigues/ Secretário Municipal de Saúde de Esperantina - TO. Item Homologado Pela
737 Plenária. Item 58- Homologar a RESOLUÇÃO CIB/TO N°. 137, Ad Referendum, de 28 de
738 junho de 2018, que Dispõe sobre a Proposta de Aquisição de Equipamentos e Materiais
739 Permanentes N°13414.643000/1180-03 para Aquisição de Veículo de Passeio para
740 Transporte de Equipe do município de Miranorte – TO, no valor de R\$ 150.000,00 (cento
741 e cinquenta mil reais), referente à Emenda Parlamentar N°. 26930011: Solicitante/
742 Expositor (a): Renato Donizete Fischer/ Secretário Municipal de Saúde de Miranorte - TO. Item
743 Homologado Pela Plenária. Item 59- Homologar a RESOLUÇÃO CIB/TO N°. 138, Ad
744 Referendum, de 28 de junho de 2018, que Dispõe sobre a Proposta N°13414.643000/1180-
745 04 para Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para as: Unidade Básica de
746 Saúde da Família Centro, Unidade Básica de Saúde da Família Noé Luz Carvalho,
747 Unidade Básica de Saúde da Família Vila Jaó e Unidade Básica de Saúde da Família Vila
748 Maria no município de Miranorte – TO, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais),
749 referente à Emenda Parlamentar N°. 26930011: Solicitante/ Expositor(a): Renato Donizete
750 Fischer/ Secretário Municipal de Saúde de Miranorte - TO. Item Homologado Pela Plenária.
751 Item 60- Homologar a RESOLUÇÃO CIB/TO N°. 139, Ad Referendum, de 28 de junho de
752 2018, que Dispõe sobre a Proposta de Convênio N°. 913414/18-001 para Reforma da
753 Unidade de Atenção Especializada Hospital Municipal de Miranorte no município
754 Miranorte – TO, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), referente à Emenda
755 Parlamentar N°. 26950003: Solicitante/ Expositor (a): Renato Donizete Fischer/ Secretário
756 Municipal de Saúde de Miranorte - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 61- Homologar
757 a RESOLUÇÃO CIB/TO N°. 140, Ad Referendum, de 13 de julho de 2018, que Dispõe
758 sobre a Proposta N°. 13414643000/1180-02 para Aquisição de Unidade Móvel de Saúde
759 Ambulância Tipo A para Simples Remoção – Modelo Tipo Furgão para o município
760 Miranorte – TO, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), referente à Emenda
761 Parlamentar N°. 26910002: Solicitante/ Expositor (a): Renato Donizete Fischer/ Secretário
762 Municipal de Saúde de Miranorte - TO. Item Homologado Pela Plenária. Item 62- Homologar
763 a RESOLUÇÃO CIB/TO N°. 141, Ad Referendum, de 13 de julho de 2018, que Dispõe
764 sobre o Repasse de Recurso no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para
765 Aquisição de Equipamentos Odontológicos para o município de Miranorte – TO, sob o
766 Termo de Compromisso N°. 1713301712281441568: Solicitante/ Expositor(a): Renato
767 Donizete Fischer/ Secretário Municipal de Saúde de Miranorte - TO. Item Homologado Pela

768 Plenária. **PONTOS DE PAUTA PARA INFORME:** A. Informe sobre a Proposta n°
769 1721201712281910000, destinada a Estruturação da Atenção Saúde Bucal, do
770 Município de Tocantinópolis - TO, no valor de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais),
771 Recurso do Governo Federal. Solicitante/ Expositor (a): Jair Teixeira Aguiar/ Secretário
772 Municipal de Saúde de Tocantinópolis - TO. **B. Informes da Secretaria Geral da**
773 **Comissão Intergestores Bipartite - CIB/TO: B.1. COLINAS DO TOCANTINS -**
774 **TO:** Atestado de Conclusão de Edificação referente à Unidade Básica de Saúde Nair Ferreira
775 dos Anjos, localizada na Terceira Avenida esquina com a Primeira Avenida, S/N, Setor Sul, no
776 município de Colinas do Tocantins - TO, referente à Proposta de Projeto N°. 11359.904000/1130-02;
777 **B.2. WANDERLÂNDIA - TO:** Ordem de Início de Serviço referente
778 à Construção da Unidade Básica de Saúde da Família III, localizada na Rua da Torre S/N, CEP:
779 77860-000, Povoado Araçulândia, Município de Wanderlândia - TO, referente à Proposta de
780 Projeto N°. 11178.091000/1160-01; **B.3. LAJEADO - TO:** Atestado de Conclusão de
781 Obra referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde Dona Felisbela, localizada na
782 Rua Germano Caldeira S/N, Centro CEP 77.645-000, no município de Lajeado - TO,
783 referente à Proposta de Projeto N° 11952.334000/1160-02 (**REINFORMADA PARA**
784 **CORREÇÃO**); **B.4. LAJEADO - TO:** Atestado de Conclusão de Obra referente à
785 Ampliação da Unidade Básica de Saúde Dona Felisbela, localizada na Rua Germano
786 Caldeira S/N, Centro CEP 77.645-000, no município de Lajeado - TO, referente à
787 Proposta de Projeto N° 11952.334000/1160-01 (**REINFORMADA PARA**
788 **CORREÇÃO**); **B.5. SÃO FELIX DO TOCANTINS - TO:** Ordem de Início de
789 Serviço referente à Reforma da Unidade Básica de Saúde (UBS), localizada na Avenida
790 Francisco Leobas QD 07 LT 06 N° 21, no Município de São Felix do Tocantins,
791 referente à Proposta de Projeto N° 115954150001/15-001; **B.6. OLIVEIRA DE**
792 **FÁTIMA - TO:** Ordem de Início de Serviço referente à Ampliação da Unidade Básica
793 de Saúde (UBS) Valdemir Pitombeira da Costa, localizada na Avenida João Vitorio
794 S/N, Centro, no Município de Oliveira de Fátima, CNES 2486903; **B.7. ITAGUATINS**
795 **- TO:** Atestado de Conclusão de Obra referente a Unidade Básica de Saúde (UBS)
796 localizada na Avenida Principal, Agrovila do Assentamento PA/Reis, no Município de
797 Itaguatins, referente à Proposta de Projeto N° 13954.58000109001; **B.8.**
798 **ARAGUATINS - TO:** Ordem de Início de Serviço referente à Construção de uma
799 Embarcação do Tipo Unidade Básica de Saúde Fluvial (UBSF), equipada, mobiliada e
800 com equipamentos e Utensílios médicos-odontológicos para o Município de Araguatins-
801 TO, referente à Proposta de Projeto N° 11406.326000/1177-11; **B.9. APARECIDA DO**

802 **RIO NEGRO - TO:** Atestado de Conclusão de Obra referente a Unidade Básica de
803 Saúde (UBS) localizada na Rua Sancha Lima Tayares, Esquina com a Avenida dos
804 Estudantes, Nº 01, Bairro Setor Aeroporto, na quadra 52, Lote 01, no Município de
805 Aparecida do Rio Negro - TO, referente à Proposta de Projeto Nº 14491.119000/1130-
806 01; **B.10. ARAGUATINS - TO:** Atestado de Conclusão de Obra referente a Unidade
807 Básica de Saúde (UBS) Macaúba, localizada na Rua Juvêncio S/N, no Distrito Macaúba
808 no Município de Araguatins- TO, referente à Proposta de Projeto Nº
809 11406.326000/1140-02; **B.11. NOVO ALEGRE - TO:** Atestado de Conclusão e
810 Recebimento de Obra referente ao Centro Municipal de Saúde, localizada na Avenida
811 Castelo Brando, no Município de Novo Alegre - TO, referente à Proposta de Projeto Nº
812 11740.265000/1150-02; **B.12. GURUPI - TO:** Ordem de Início de Serviço referente à
813 Construção do Centro Especializado em Reabilitação (CER II), localizado na Rodovia
814 BR-242, Lote 04, Loteamento Fazenda Santo Antonio, Gleba 08, 4ª etapa, no Município
815 de Gurupi- TO. **C. Informe sobre Exames de Imagens não Realizados:** Solicitante/
816 Informante: Jair Pereira Lima/ Secretário Municipal de Saúde de Nova Olinda – TO. O
817 Sr. Jair lembrou aos presentes que o assunto sobre os Exames de Imagens que não
818 estão sendo realizados foi abordado pela manhã durante a Reunião Ordinária do
819 Conselho dos Secretários Municipais de Saúde do Estado do Tocantins - COSEMS –
820 TO, e que o acordado na oportunidade foi que haveria de ser feito um informe referente
821 a esse assunto nesta plenária. Diante disso, o mesmo fez um relato sobre a grande
822 dificuldade que está havendo em relação a realização desses exames, e contou que o
823 centro de diagnóstico de imagens - Centro de Diagnóstico Tocantins (CDT) parou de
824 executar os serviços de realização de exames de imagens de ultrassom e raio – X.
825 executando apenas os serviços de ressonância por tomografia. O Sr. Jair pontuou que
826 como os municípios estão enfrentando uma grande dificuldade em relação a essa
827 questão onde alguns possuem esses serviços ou têm condições de fazer a programação
828 dos mesmos e outros não possuem essas possibilidades, o expositor solicitou um
829 esclarecimento a respeito dessa situação. Em resposta ao Sr. Jair, a Sr.^a Luciana A.
830 Araujo Marques/ Gerência de Controle/ Diretoria de Controle, Avaliação e Auditoria/
831 Superintendência de Políticas de Atenção à Saúde da SES – TO informou que, em relação aos
832 serviços de imagens, no ano de 2016 foi aberto um processo para compra e credenciamento, e
833 que, no início desse ano houve uma manifestação do CDT como interessado na venda dos
834 procedimentos citados, mas credenciou apenas os serviços de vídeo imagens de tomografia e
835 ressonância tanto para os municípios da região norte como para os municípios da região norte

836 do Tocantins. A mesma informou ainda que apesar disso ainda não há nenhum prestador
837 interessado em ofertar os serviços de raio - x, e tomografia, e que, em relação ao serviço de
838 ultrassonografia, a SES - TO está aguardando uma resposta. Nesse momento, o Sr. Iatagan de
839 Araújo Barbosa/ Diretor de Atenção Especializada da SES - TO informou que está havendo
840 uma dificuldade, e que o que está funcionando de fato são os serviços inter-hospitalares, mas
841 que, no entanto, infelizmente, a situação atual em relação a esse assunto é essa que foi relatada
842 pela Sr.^a Luciana, onde para poder proceder o contrato a SES-TO está aguardando esses
843 credenciamentos que até o momento não puderam acontecer. **C.2 Informe sobre a**
844 **Regulação dos Pacientes ao chegar na Referência Regional.** Solicitante/ Informante:
845 Rodolfo Pereira Martins/ Secretário Municipal de Saúde de Ponte Alta de Bom Jesus -
846 TO. O Sr. Rodolfo informou que conversou informalmente a respeito desse assunto com
847 a Sr.^a Celeste Moreira Barbosa Dantas/ Diretora de Regulação da SES - TO, e ressaltou
848 que a grande questão a ser sanada em relação à situação da Regulação dos Pacientes ao
849 chegar na Referência Regional está relacionada aos problemas internos da gestão
850 estadual. O mesmo relatou que as vezes acontece de a Secretaria de Estado da Saúde do
851 Tocantins programar a regulação dos pacientes de um determinada forma, mas, no
852 entanto, estão ocorrendo ingerências dentro das áreas técnicas da SES - TO e também
853 nos serviços onde, por exemplo, os municípios da região sudeste e também de algumas
854 outras regiões do Estado relataram que estão enfrentando dificuldades em relação a
855 questão de encaminhar seus pacientes para serem atendidos nos hospitais regionais e ao
856 chegar no mesmo o hospital devolver o paciente devido ao fato de não ter o serviço
857 necessário. O Sr. Rodolfo solicitou que de agora em diante houvesse um olhar
858 diferenciado para essa questão, relatou que antigamente a referência para os municípios
859 da região sudeste do Estado era Palmas - TO, depois houve um estudo e essa referência
860 foi alterada para o município de Gurupi, e ressaltou que essas alterações foram feitas
861 sem informar previamente os municípios interessados e que assim vem acontecendo
862 com municípios de outras regiões do Estado também. O Secretário Municipal de Saúde
863 de Ponte Alta do Bom Jesus - TO ressaltou que dessa forma os municípios estão sendo
864 pegos de surpresa quando encaminham seus pacientes para aquele que pensam ser seu
865 hospital de referência para os serviços que seus munícipes estão necessitando e,
866 somente ao chegarem lá, depois de, às vezes, enfrentar longas viagens, são comunicados
867 que a referência mudou, que o hospital não está mais ofertando os serviços. Diante do
868 exposto, o Sr. Rodolfo solicitou que haja uma comunicação mais eficiente entre a SES -
869 TO e os municípios, e sugeriu que fosse feito um estudo por parte da Regulação

870 Estadual junto aos Núcleos de Regulação e também aos Secretários Municipais de
871 Saúde. O Sr. Ullannes Passos Rios/ Superintendente de Unidades Próprias da SES – TO
872 fez uma explanação relatando que área técnica da SES-TO a qual representa já verificou
873 a necessidade de redesenhar e reorganizar essas referências. O mesmo ressaltou não ter
874 conhecimento a respeito do momento em que houve a alteração de referência citada
875 pelo Sr. Rodolfo do município de Palmas para o município de Gurupi, e nem sobre qual
876 foi o instrumento utilizado, mas ressaltou que a Superintendência de Unidades Próprias
877 da SES – TO detectou que essa alteração de referência foi um problema não apenas para
878 os municípios da região sudeste e demais regiões do Estado, mas também foi um
879 problema para os hospitais. O Sr. Ullannes ressaltou que essas referências devem seguir
880 o que está estabelecido na PPI, que se na PPI de um determinado município estiver
881 estabelecido que a referência do mesmo é o município de Porto Nacional, é para Porto
882 Nacional que esse município deverá encaminhar seu paciente, que não há razões para
883 esse município encaminhar seu paciente para outro município diferente daquele que é a
884 sua referência. O Superintendente de Unidades Próprias da SES – TO afirmou que, no
885 entanto, é preciso admitir aos presentes que há um problema no SUS em relação aos
886 hospitais do Tocantins que está relacionado, entre outras questões, à dificuldade de
887 escala dos profissionais, mas ressaltou que a área técnica da SES – TO está trabalhando
888 em todas as formas possíveis para resolver esse problema. A Sr.^a Valéria Silva
889 Paranaguá/ Secretária Municipal de Saúde de Lajeado – TO relatou que também está
890 passando por problemas relacionados a questão de os pacientes de seu município
891 estarem sendo encaminhados, mas não estarem sendo atendidos pela sua referência, e
892 ressaltou que de fato essa comunicação mais eficiente junto aos secretários municipais
893 de saúde se faz necessária e urgente. A Sr.^a Celeste, informando que fez algumas
894 anotações relacionadas ao que acaba de ser dito pelo Sr. Rodolfo, relatou que as vezes
895 as pessoas acabam se confundindo quando o assunto é a regulação. A mesma esclareceu
896 que existem referências e contra-referências, que quando o caso é de referência
897 ambulatorial o mesmo passa sim pela Regulação Estadual, porém quando o caso se trata
898 de regulação de urgência e emergência, o encaminhamento é de hospital para hospital.
899 A Sr.^a Celeste informou que tem conversado com o Sr. Rodolfo a respeito desse
900 assunto, e pontou que é necessário fazer uma retomada do diálogo a respeito desse
901 assunto junto a todos para que todos possam lembrar, voltar a entender o que é PPI, o
902 que é ambulatorial, e o que é hospitalar, pois as pessoas estão de fato se confundindo
903 muito. E, em relação a fala que acaba de ser feita pelo Sr. Ullannes, a Sr.^a Celeste

904 pontuou que de fato é necessário fazer referência e contra-referência conforme o que
905 estiver estabelecido na PPI, pois não existe referência II e III mesmo em casos
906 ambulatoriais ou hospitalares, existe apenas uma referência que é a estabelecida na PPI.
907 Para colaborar com a discussão, o Sr. Thiago Dias Pinheiro/ da Secretaria Municipal de
908 Saúde de Peixe – TO, primeiramente parabenizou a equipe responsável pela sala de alta
909 no HGP, e em seguida pontuou verificar que o Estado de fato deve assumir a
910 responsabilidade de fazer um acolhimento decente, com qualidade, com as unidades de
911 pronto socorro atendendo aos pacientes de acordo com a classificação de risco correta,
912 verde, amarelo e vermelha, entrando com a contra-referência correta, e o município por
913 sua vez terá que segurar seus pacientes nos devidos locais. O mesmo pontuou que nesse
914 caso, em relação ao SUS, não se trata de fazer o que o paciente deseja, mas sim de se
915 fazer o que o paciente de fato necessita. Por fim o Sr. Thiago relatou que todo mundo
916 deseja ser atendido no HGP, mas nem todos os casos são para serem atendidos no HGP,
917 assim sendo, é necessário fazer o que os pacientes de fato necessitam e não o que eles
918 desejam. **C.3 Informe sobre a mudança de local de realização das Reuniões das**

919 **CIRs do mês de agosto de 2018:** Solicitante/ Informante: Luiza Regina Dias Noleto/

920 Superintendente de Planejamento do SUS da SES – TO. A Sr.^a Luiza Regina informou
921 que, conforme o que já foi repassado aos presentes, devido à falta de recursos para
922 poder mobilizar as equipes da SES-TO para as reuniões das Comissões Intergestores
923 Regionais (CIRs) do mês de agosto as mesmas serão realizadas em Palmas – TO nas
924 mesmas datas estabelecidas no Calendário da CIR já estabelecido onde apenas uma das
925 reuniões está comprometida que é a que está marcada para o dia 21 de agosto de 2018
926 está coincidindo com a Reunião de Reestruturação e Fórum da Eleição do Conselho
927 Estadual de Saúde que também acontecerá nessa mesma data no Anexo I da Secretaria
928 de Estado da Saúde do Tocantins. A mesma ressaltou que a equipe da CIR já está
929 trabalhando em uma solução para essa reunião do 21 de agosto de 2018 e irá comunicar
930 a todos assim que houver uma solução. A Sr.^a Luiza ressaltou que o local em Palmas
931 onde acontecerão as Reuniões das CIRs provavelmente será uma escola, mas que isso
932 também será confirmado e comunicado a todos posteriormente. A expositora justificou
933 o fato de se ter chegado a essa escassez de recursos financeiros e também a necessidade
934 de se fazer as reuniões das CIRs dessa nova maneira, infelizmente, se deu em virtude
935 dos bloqueios judiciais que extrapolaram as fronteiras dos recursos do tesouro estadual,
936 das assistências, e acabou por atingir também áreas de gestão e planejamento. A mesma
937 ressaltou que o Planejamento da SES – TO tinha um recurso federal do bloco de gestão

938 do planejamento, da ouvidoria, e da auditoria, e informou que até esse recurso foi
939 cortado, e que com tudo zerado, cortado, bloqueado pela justiça da forma como está, a
940 Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins não dispõe nesse momento dos recursos
941 financeiros necessários para assegurar os deslocamentos das equipes necessários para a
942 realização das CIRs da maneira como acontecia até este momento. A Sr.^a Luiza Regina
943 Dias Noleto neste ato, representando o Sr. Renato Jayme da Silva, Secretário de Estado
944 da Saúde do Tocantins e Presidente da CIB - TO, encerrou a reunião às dezesseis horas
945 e trinta e dois minutos, e para constar foi lavrada a presente ata, que depois de lida e
946 aprovada, será assinada pelo Presidente da CIB ou representante e pelos demais
947 membros presentes nesta reunião.

948 **SESAU:**

949 Renato Jayme da Silva/ Sec. de Estado da Saúde do TO e Presidente da CIB-TO: _____

950 Gilian Cristina Barbosa/ Dir. de Atenção Primária: _____

951 Iatagan de Araújo Barbosa/ Dir. de Atenção Especializada: _____

952 Luiza Regina Dias Noleto/ Sup. De Planejamento do SUS: _____

953 Vera Lúcia Carvalho/ Analista Técnica Adm. Da Sup. De Unidades Próprias: _____

954 **COSEMS:**

955 Clésio Alves da Silva/ Dir. Adj. da Diretoria de Comunicação do COSEMS-TO e SMS de Brasília -
956 TO: _____

957 Rodolfo Pereira Martins/Cons. Fiscal do COSEMS-TO e SMS de Ponte Alta do Bom Jesus - TO: _____

958 Sinvaldo dos Santos Moraes/Dir. Financeiro do COSEMS-TO e SMS de Cristalândia - TO: _____

959 Whislly Maciel Bastos/ SMS de Palmas-TO: _____